

*J. C. de Alencar Araripe*

Faltaria à verdade, Senhores Acadêmicos, se vos dissesse que esta Casa não estava entre as metas do jornalista, que hoje nela se integra. Não é que seja um pretensioso, que alimente atitudes de puro convencimento e autovalorização. Tenho, pelo contrário, a consciência alerta para as minhas próprias fragilidades. E procuro não esquecer a advertência de São Paulo em carta aos gálatas: "Porque, se alguém se julga alguma coisa, quando nada é, a si mesmo se engana." E, talvez, por ter bem presente a palavra do Apóstolo de Damasco, é que quando um amigo de mim se lembrava, com a idéia de fazer-me Acadêmico, mais me parecia tal gesto uma explosão de cortesia do que a manifestação de uma opinião válida, a prevalecer entre os intelectuais da terra.

O "conhece-te a ti mesmo" não é, porém, uma barreira intransponível à promoção humana na escala dos valores que formam a personalidade. Porque, do contrário, longe de ser uma norma de conduta, cuja sabedoria as gerações confirmam, passaria a constituir força de desalento e apatia, irracional e desastrosa, a negar os superiores objetivos da criação.

Que seria do mundo se todos nos confinássemos em uma posição de comodismo, de indiferença, meros receptáculos de estímulos externos, sem qualquer participação da nossa vontade, a desvendar horizontes e gerar oportunidades? Não teríamos, no plano material, alcançado os estupendos progressos da era contemporânea, como, na ordem do espírito, não chegaríamos ao gozo pleno das verdades eternas.

“É exato — observa o escritor Antônio Olinto — que o homem gosta que as circunstâncias escolham por ele”, porque “tudo que deixa aberto uma necessidade de opção tem aspectos de tortura”. “Contudo — ainda com a palavra Antônio Olinto —, é preciso escolher”.

Não fugi ao imperativo. A função de caixeiro, honrosa como qualquer outra, desde que exercida com dignidade, não me seduzia. Sentia outros fascínios. Atraía-me o jornalismo, para o qual, um dia, me encaminhei. E de tal modo com ele me identifiquei, ao longo dos anos, que me tornei um escravo dos seus sortilégios.

Certa vez, na redação de *O Povo*, apareceu o meu filho mais velho, que atingia, por aquela época, a idade florida dos 15 anos. Não faltou o alvitre de um companheiro, a sugerir que dentro em pouco o jovem estaria a iniciar-se na profissão do pai. Incontinentemente, respondi-lhe que assim não desejava, porque almejava para o primogênito, como para os seus irmãos, um melhor porvir. Era a nota do desalento, a que nenhum de nós escapa, vez por outra, no confronto áspero do cotidiano. A reação do meu rapaz foi pronta, incisiva:

— E o senhor não é jornalista, papai?

Não me assustei, como aquele personagem de Orígenes Lessa, em *O Feijão e o Sonho*, surpreendido e confuso porque o filho mostrava as inclinações literárias que o torturavam. Compreendi o alcance do que ouvira. Entendi a lição que recebera. Não me ficavam bem o desencanto e o pessimismo, quando um filho, com tantas possibilidades à frente, olhava para o pai com otimismo, simpatia e orgulho, e com naturalidade admitia seguir-lhe o exemplo profissional.

Era preciso escolher? Pois escolhi o jornalismo. Não importa indagar agora, porque seria mera e inconseqüente especulação, se enveredaria pelo mesmo caminho se me fosse dado começar tudo de novo. Não voltam atrás os ponteiros do relógio do tempo.

No estuário da imprensa, cabia-me, e não tentei subtrair-me à obrigação indeclinável, fixar roteiros, de acordo com as

minhas preferências e o fundo moral que dá consistência e elevação aos padrões do comportamento pessoal.

Na revisão ou como redator, acostumei-me, cedo, a proceder com senso de responsabilidade, atento à magnitude da missão que incumbe ao jornal. Como instrumento de informação, o relato exato dos fatos, de tal forma que a edição de uma folha diária seja a "história do mundo em um dia". Como agente de formação, o critério e objetividade dos conceitos, a serena apreciação dos acontecimentos e dos homens que neles intervêm, o esforço de atualização no exame dos fenômenos religiosos, políticos, sociais e econômicos. Já não se disse que o jornal é a universidade do homem médio?

Atento haveria de permanecer aos perigos que rondam o jornalista no amanho da matéria-prima do jornal, que é a notícia. De tanto a manipular, obrigatória e permanentemente, expomo-nos ao contágio da rotina, passamos a agir quase que como máquinas, despertando do torpor que o hábito imprime somente de raro em raro, ao sabor ocasional de eventos excepcionais. E, mesmo assim, perseguidos pela mística do efêmero, de que fala André Gide, como se no jornal tudo fosse passageiro e cada momento do tempo não encerrasse a sua eternidade própria, no conceito de Alceu de Amoroso Lima.

Graças a Deus, Senhores Acadêmicos, o jornalismo que pratico não me deteve os vôos da inteligência nem matou o apreço pelas letras. Por isso mesmo, apesar da modéstia e irrelevância do que realizei na seara intelectual, pude elevar o espírito acima das contingências e aspirar ao convívio que a vossa generosidade afinal concedeu.

A Academia, para mim, era um sonho. Como tantos outros sonhos, desses que todos nós acalentamos, desde crianças. E em meio aos quais nos demoramos, quantas vezes! absortos na contemplação de perspectivas que o futuro não confirma. Como Alphonsus de Guimaraens, podemos repetir: "Ficávamos sonhando horas inteiras."

E que mal existe em sonharmos, durante o sono ou de olhos abertos? Muitos séculos se passaram até que a ciência descobrisse que o sonho ocorre todas as vezes que dormimos,

embora quase sempre deles não nos recordemos. E tão necessário é ao organismo, que a sua interrupção determina distúrbios emocionais, como já o comparavam psicofisiologistas, através da eletroencefalografia. Válvula de segurança para a humanidade, saída para frustrações, como o conceituava Freud e como o interpretam psicanalistas modernos, certo é que com o sonho conseguimos o que na atividade do dia-a-dia não obtemos ou não logramos realizar.

Do sonho, que absorve parte do sono, um dos imperativos básicos da existência, falem os cientistas. Do sonho acordado, do sonho que é desejo real, que é aspiração legítima, falem os poetas. E um inspirado poeta, que já pontificou nesta Casa, Filgueiras Lima, sentenciava: "A vida é mesmo assim. Ninguém vive feliz, sem a glória do amor e a beleza do sonho."

Feliz eu sou, Senhores Acadêmicos, dentro das naturais limitações humanas, porque conheço a glória do amor, em cujo manto meus pais me envolveram e que tive a ventura de prolongar no casamento, que me deu uma prole numerosa e saudável, a encher os dias de alegres e intensas vibrações.

Feliz eu sou, Senhores Acadêmicos, porque Deus não me privou da beleza do sonho, permitindo-me que, ao defrontar-me com inevitáveis percalços, dissabores e paixões, não perdesse a perspectiva dos nobres anelos.

Porque amei e sonhei, aqui estou, Senhores Acadêmicos. Como, depois do sonho, é triste a realidade! exclamava Olavo Bilac. Para mim, porém, um sonho se concretiza nesta noite. Meu coração se rejubila porque passo a pertencer à Academia Cearense de Letras. E ufano me sinto por ser recebido, oficialmente, por um lutador de têmpera, que sempre foi um sonhador impenitente.

Li, não sei mais onde, que um elogio sincero, uma palavra amável e um sorriso feliz têm gosto, cheiro e cor de primavera. Imaginem, pois, o meu regosijo pela saudação calorosa e amiga que me dirigiu Jáder de Carvalho, uma das mais altas e categorizadas expressões de jornalista, professor, sociólogo, escritor e poeta.

A Cadeira nº 12, desta Academia, que passo a ocupar, a partir de agora, com muita honra para mim, tem como patrono Heráclito de Alencastro Pereira da Graça.

Há 130 anos, exatamente, registrava-se o seu nascimento na cidade do Icó, a 18 de outubro. Seus pais: o Dr. José Pereira da Graça, Barão de Aracati, e Maria Adelaide da Graça.

Formou-se em Direito, pela Faculdade do Recife, em 1856, transferindo-se, a seguir, para o Maranhão, em companhia do seu genitor, que ali ia empossar-se no cargo de Desembargador da Relação.

Em São Luís, ingressou no ministério público, em que permaneceria durante quatro anos. Ocupou a promotoria das comarcas da capital, de São Bento e de Itapicuru-Mirim. Foi também advogado do Banco do Maranhão, estabelecimento fundado em 1841 e que ainda hoje funciona.

Não tardaria a sentir-se atraído pela política. E nela começou, como se tornara comum, através do jornalismo. Em *A Situação*, cujo primeiro número circulou a 18 de junho de 1863, porfiou, ao lado de outras figuras, pelas causas do partido a que se filiara: o Conservador.

Revelou-se homem combativo. Não fugia à luta e mantinha inquebrantável dedicação à facção em que engajara. Guardava, não obstante o aceso das disputas, a elevação de conceitos e o apuro da linguagem, revelando-se, já àquela época, conhecedor da língua, do que, mais tarde, daria provas exuberantes.

Da sua atuação na imprensa, o Barão de Studart refere o que sobre ele escrevera Joaquim Serra, seu contemporâneo, em *Sessenta Anos de Jornalismo*.

“Pelo aticismo e cristalino da frase, eram os artigos do Dr. Heráclito Graça os que mais se distinguiam na polêmica política.”

Além de militante aguerrido de *A Situação*, escreveu, igualmente, no *Semanário Maranhense*, periódico editado por Belarmino de Matos, que conquistou renome e no qual colaboravam nomes de evidência.

A projeção alcançada e a fidelidade partidária valeram-lhe o exercício de importantes funções legislativas e administrativas. Primeiramente, foi o deputado provincial do Maranhão. Depois, o deputado-geral, em três legislaturas, de 1868 a 1878.

Desse período, destacam-se, na sua vida parlamentar, além das atividades como membro das Comissões de Contas e de Justiça, os discursos que proferiu sobre o recrutamento, a reforma judiciária de 1871 e a reforma eleitoral de 1876, da qual resultou a representação das minorias.

Conservava-se atento às questões do seu tempo. Não haveria, assim, de alhear-se do problema da escravatura negra. Daí, a sua posição, decidida e franca, a favor do abolicionismo.

Governou duas Províncias: a da Paraíba e a da sua terra natal. A Carta Imperial, que o nomeou para o Ceará, é de 18 de setembro de 1874. E chegou a Fortaleza a 23 do mês seguinte, aqui permanecendo até 1º de março de 1875.

Durante o seu período administrativo, instalaram-se no Ceará as primeiras mesas de exames preparatórios. Entre nós, como na Paraíba, distinguiu-se pelo equilíbrio e competência.

O advogado, que se iniciara discretamente no Maranhão, seria, a partir de 1877, quando fixou residência no Rio de Janeiro, o profissional de grande clientela e jurista de nomeada. Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores, funcionou, como agente do nosso Governo, nos tribunais arbitrais em disputas territoriais de que participavam o Brasil, a Bolívia e o Peru.

Escreveu na *Revista Jurídica*. Produziu estudos críticos sobre literatura e controvérsias de natureza doutrinária no terreno do Direito. Ganhou renome pelos seus conhecimentos em matéria de filologia e lingüística.

No começo do século, numerosos eram os jornais que, no Rio e em outras capitais, publicavam os chamados "consultórios" do idioma. Mestres respeitados mantinham, com regu-



laridade, colunas dedicadas ao esclarecimento de dúvidas e em defesa da integridade e pureza do Português.

Cândido de Figueiredo falava como se fosse o dono da língua, o “tira-teima das nossas dúvidas adolescentes”, observa Alceu de Amoroso Lima. E não pontificava somente nos jornais. Os seus livros estavam por toda parte, “verdadeiro alcorão de estudantes e ministros daqueles serenos dias da minha juventude”, assinala Herbert Parentes Fortes.

Um dia, a 26 de fevereiro de 1903, sob o título “Notações Filológicas”, o *Correio da Manhã*, do Rio, inicia a divulgação de artigos de crítica a assertos e lições de Cândido de Figueiredo. Era Heráclito Graça que afrontava o papa português.

Logo às primeiras publicações, Cândido de Figueiredo, pelo *Jornal do Comércio*, em que escrevia, sai imediatamente a campo. Haviam-lhe enviado recortes do *Correio da Manhã* e ele assim registra o fato:

“Com efeito, nos dois artigos, a que o meu amigo se refere, e que são firmados pelo sr. Heráclito Graça, não só se me revela mais um sisudo conhecedor da língua portuguesa, o que felizmente não é raro em terras do Brasil, se não também um crítico sensato, que, para evidenciar o seu desacordo com o criticado, não recorre à indelicadeza e à má fé, como sucede às vezes com vários críticos da minha terra. Aos deste estofo, se acaso me surgem de frente, claro é que os não discuto nem lhes respondo, porque com a mocidade foi-se-me o prazer e a pachorra de deslomar justiceiramente a ignorância petulante e a prosápia grosseira; mas a quem discute como o sr. Heráclito Graça, com conhecimento do assunto, com as melhores intenções, facilmente entrevistas, e com a demonstração de haver tomado chá em pequeno, nunca eu rejeitaria combate, pronto sempre a ceder-lhe lealmente terreno, quando as suas armas sejam de melhor têmpera que as minhas, ou a repelir corretamente o assalto, se me reconheço em terreno mais firme.”

“E assim é que, antes de mostrar ao sr. Graça que não posso concordar com a maior parte das suas alegações, começarei, no introito do torneio, por cumprimentar o adversá-

rio, fazendo-lhe uma concessão, demonstrativa da minha boa fé e do apreço em que tenho a destreza do meu inesperado e hábil contendor.”

Não demoraria, porém, que Cândido de Figueiredo interrompesse a resposta a Heráclito Graça. Porque se apercebeu de que o exame crítico de sua obra tinha uma amplitude de que não desconfiara a princípio. Retrai-se para voltar à carga depois.

“Quando iniciei esta minha defesa — afirma —, era suposição minha que a acusação se tinha cifrado em dois artigos de uma folha do Rio; mas, vendo depois que o sr. Graça me conferia a inesperada e imerecida honra de discutir a minha obra em artigos que Deus sabia quando findariam, a mais natural discrição me aconselhava que sustasse o passo, para não atalhar a corrente da fluentíssima e honrosa crítica; tão honrosa, que, eu, à parte a *Divina Comédia*, o *Fausto*, a *Iliada*, o *Gênesis*, de poucas obras sei que tenham logrado a fortuna de tão larga e minuciosa exegese.”

A série de publicações de Heráclito Graça, em número que quase atinge 60, prolongar-se-ia, interpoladamente, de 26 de fevereiro até 16 de novembro de 1903. No ano seguinte, era enfeixada em volume, contendo 477 páginas, sob o título *Fatos da Linguagem*.

O livro evidencia a grande erudição do seu autor. Heráclito Graça revela-se um conhecedor profundo dos clássicos portugueses e dos mais abalizados filólogos e gramáticos. E, por igual, versado em outros idiomas, tanto assim que são frequentes as referências a peculiaridades que encerram, estranhas a quem não ultrapassa os limites da superficialidade.

Cândido de Figueiredo, que reservara a maior parte do seu livro *Problemas da Linguagem* para contraditar Heráclito Graça, saudou *Fatos da Linguagem* como “alto serviço à língua portuguesa”, “documento de ilustração e testemunho de exemplar caráter de crítico e polemista. As minhas divergências eventuais nada descontam neste juízo”.

Na apreciação de Heráclito Graça, como cultor da língua, descubro que há duas tendências em choque. A primeira o



configura como sectário do classicismo. E, para mim, Mário de Alencar é o mais representativo dessa corrente.

Foi o filho de José de Alencar quem falou, em nome da Academia Brasileira de Letras, na recepção ao novo Acadêmico Antônio Austregésilo, eleito para a vaga aberta com a morte de Heráclito Graça. Na sua brilhante oração, Mário de Alencar rende comovida homenagem ao autor de *Fatos da Linguagem*, cujo valor reconhece e proclama.

No seu entendimento, Heráclito fora, não um filólogo, mas um gramático. É certo que um gramático diferente, pois “escrevia bem, não era intratável, nem rabugento, e tinha o ânimo disposto ao riso e à amabilidade”.

“Ninguém, talvez, soube mais a língua portuguesa”, declarou. Enquadrava-o, porém, entre os que tinham “a obsessão dos vocábulos e das regras de sintaxe” e teimavam, apesar da “interposição do Atlântico”, “em conservar intato o vocabulário português”. Que insistem em manter “parada a mesma língua que no seu berço prossegue o curso natural de ser vivo”. “Que têm os autores primitivos como livros sagrados, de onde ele recolhera uma longa série de dogmas intangíveis.”

Já Antônio Sales, em *Retratos e Lembranças*, oferece-nos uma imagem de Heráclito Graça diversa daquela que Mário de Alencar delineou. É um depoimento extremamente valioso, porque expresso por quem privou da intimidade do antigo Presidente da Província do Ceará.

“Acabo de reler — diz Antônio Sales — várias páginas dos *Fatos da Linguagem*, obra de admirável saber clássico, de lógica segura e de probidade literária. E apraz-me agora recordar a saudosa figura do velho filólogo cearense, que foi também vulto de realce na política do antigo regime.

“Morei alguns anos no mesmo bairro que ele tinha a sua residência, no Catete, onde habitava sua velha casa da ladeira e tranqüila Rua de Santa Cristina, no sopé oriental de Santa Teresa. E uma ou duas vezes por semana eu ia à noite gozar sua convivência e ouvir-lhe a palavra sábia, refletida e vivaz.

“Impregnado de leituras modernas, viciado na linguagem descuidada da imprensa diária, em que colaborava, eu sentia a necessidade de sua palestra como a de um antídoto contra a intoxicação peculiar ao ofício.

“Não que Heráclito Graça fosse um purista intolerante, indigestado de classicismo. Ao contrário disso, era um espírito liberal, entusiasta e cheio de simpatia pelas mentalidades novas, suas esperanças e suas obras.

“A prova é que entre os modernos escritores portugueses mais vizinhos do estilo clássico, sua predileção era por Garret, que não anda em cheiro de santidade perante os sectários mais ferrenhos do vernaculismo. Admirava igualmente Vieira, Bernardes, Castilho e Herculano; mas sem o calor com que falava do autor do *Alfageme de Santarém*.”

Acentua ainda Antônio Sales:

“Da convivência assaz longa que tive com o nosso erudito conterrâneo, ficou-me a grata impressão de um homem de alta inteligência, de nobres sentimentos e de uma extrema sensibilidade a tudo o que era manifestação do espírito e da beleza.

“Daí, o entusiasmo juvenil que o inflamava quando lia e comentava os bons escritores e incitava ao trabalho os que, como eu, começavam a carreira literária.

“Sua benevolência, seu liberalismo, a vivacidade de seu espírito, tudo fazia do ancião um guia, um conselheiro, um amigo, a quem os moços ouviam com interesse e obedeciam com gosto.”

Entre os conceitos de Mário de Alencar e Antônio Sales, prefiro ficar com os emitidos pelo autor de *Aves de Arribação*, não só pelo motivo já alegado — a convivência de muitos anos — como porque a isso me induzem certas passagens de *Fatos da Linguagem*.

“Em todas as línguas e na sua constante evolução há e há de haver dúvidas e incertezas.” São palavras de Heráclito Graça no prólogo do seu livro. Ora, quem admite e confessa a inevitabilidade da constante evolução em todas as línguas não é um sectário nem se apega a dogmas intangíveis.

Veja-se a apologia que faz do termo *chicana*, contra o qual ainda hoje se invectiva, em extremos de purismo lingüístico. É estrangeirismo? É galicismo? Não importa. Foi naturalizado, como tantos outros vocábulos. Tem “sentido peculiar, preciso e insuprível”. Já “não mais se lhe pode aplicar a tacha de galicismo”.

Na defesa do neologismo *destaque*, sentencia: “Não há, pois, fundamento para estranhar e ainda menos para repeli-lo; é uma criação natural, e com ela varia e enriquece a linguagem, como sucede semelhantemente em todos os idiomas, desde que nascem até que morrem.”

Tenho para mim que Heráclito Graça não se distanciava da linha que se traçara Machado de Assis. O testemunho de Antônio Sales, já referido, corrobora, ao lado de outras evidências, a minha conclusão.

Machado de Assis conceituava que “as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa pare no século de quinhentos é um erro igual ao de afirmar que a sua transplantação para a América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito, a influência do povo é decisiva. Há, portanto, certos modos de dizer, locuções novas, que de força entram no domínio do estilo e ganham direito de cidade.”

Mas Machado de Assis entendia que não haveria de ser ilimitada a influência popular e que o escritor não pode ser instrumento de abusos e caprichos, porque lhe cumpre, inclusive, depurar a linguagem do povo, dentro do espírito de fidelidade ao “gênio do idioma”.

Estava com a razão?

Barbosa Lima Sobrinho, que evoca o pensamento do mestre de *D. Casmurro* no livro *A Língua Portuguesa e a Unidade do Brasil*, proclama com acerto: “Não há linguagem mais brasileira do que a de Machado de Assis, nem escritor que se haja inspirado mais nos modelos clássicos, o que vale dizer na tradição portuguesa.”

Se discrepâncias podem surgir na interpretação do comportamento de Heráclito Graça diante dos fenômenos da lín-

gua, dúvida não paira quanto ao valor dos estudos que empreendeu, abnegadamente, com desprendimento total. Com o caráter amadorístico da sua época, mas sem complexo de inferioridade em face dos filólogos portugueses, a que há pouco se referia Alceu de Amoroso Lima. Tanto que se defrontou com Cândido de Figueiredo e deste recebeu manifestações do maior apreço.

Ao empossar-se na Academia Brasileira de Letras, na Cadeira vaga com o falecimento de Heráclito, deste dizia Antônio Austregésilo:

“Heráclito Graça foi um beneditino nos estudos vernáculos. Para demonstrar-vos o seu amor paciente aos livros, basta lembrar que leu todo o *Elucidário* de Viterbo, palavra por palavra, e ao lado de cada vocábulo deixou escritos, em letra miúda, só visível, não raro, com uma lente, termos, frases, comentários, documentações do seu rico saber. *In finis* escreveu a seguinte nota explicativa: “o *Elucidário* contém 6 143 vocábulos; foram acrescentados 7 457, perfazendo o total de 14 600”, isto é, mais do duplo do texto original.

“A sua feição psicológica era a de analista e de comentador. Lacerda, considerado por ele um dos melhores dicionários da língua portuguesa, sofreu a mesma onda de erros e o replantio de milhares de vocábulos. Os comentários nascem desde a introdução gramatical e vão atravessando as palavras, caminham como um rio que se espraia pela vargem, inundam o volume inteiro, em todas as direções das palavras impressas, nas margens, em cima, em baixo; onde há uma entrelinha se depara uma nota, de modo a nos dar, à primeira vista, a impressão de danos causados por mãos de colegial ou de um grafômano, como não raro encontramos nos frenicômios. Mas o exame acurado demonstra a construção lenta e erudita do grande solitário, que só tinha vagares para o saber! A obra do glotólogo inédito faz arrancar instintivamente a frase de Castelar: “Pasma o entendimento e causa a admiração.”

“Pena é que Heráclito Graça — frisava Antônio Austregésilo —, um benemérito da língua portuguesa, como lhe cha-

mou Cândido de Figueiredo, fosse alquimista e levasse para o túmulo o segredo de muitos dos seus saberes.

“Basta lembrar-vos que se ele aproveitasse em vida os comentários e notas feitas aos vocabulários de Viterbo e Lacerda, teríamos uma das obras mais documentadas e mais originais da língua materna.

“Mas esta especialização fora impulso íntimo, paixão ruminadora, pois abandonara os proventos materiais da vida em busca dos segredos, das belezas do vernáculo, que gozava com a volúpia dos grandes sonhadores de tesouros ocultos.”

A Cadeira da Academia Cearense de Letras, cujo patrono é Heráclito Graça, teve como ocupante, a quem ora sucedo, Natanael Cortez. E, ao evocar a figura do meu antecessor, logo me ocorre à memória um episódio por ele relatado acerca do seu pastoreio evangélico no Nordeste.

Certa vez, na Paraíba, hospedou-se na fazenda do sr. Orígenes Bezerra. Estava de passagem. Demoraria uma noite apenas. Muito bem recebido, acolhida franca e cordial, deparou-se com um oásis de abundância quando tudo em volta falava de calamidade. Era a seca do 15.

Ao jantar, quatro pessoas à mesa, inclusive o visitante. A conversa não fugiu às tristes e dominadoras sugestões da calamidade que atingia a região. Mais uma vez, a lavoura arrasada, os rebanhos dizimados, o êxodo dos habitantes.

Ao final da refeição, o fazendeiro e seus filhos levantaram-se e rezaram a oração do agradecimento, assistida de pé por Natanael Cortez. Apesar da atitude de respeito do seu hóspede, notou, o sr. Orígenes Bezerra, que ele não participava do preito de ação de graças. E se estabeleceu, então, este diálogo:

— Na minha casa se reza depois da comida.

— Mas eu rezei antes. . .

— O sr. . . mas ninguém viu.

— Mas eu dei graças a Deus pelo jantar e pela boa hospedagem na casa do amigo. Rezei antes, como Jesus fazia.

Nós devemos agradecer as bênçãos de Deus, o Pai Celeste, antes mesmo de recebê-las.

— Valha-me Nossa Senhora, estou com um protestante em casa... exclamou o fazendeiro, possuído de evidente pavor. E, a partir daquele momento, retraiu-se, como o demônio diante da Cruz.

Ao deparar-me, transpostos os umbrais desta Academia, com o dever do elcgio a Natanael Cortez, não me acomete o temor que avassalou o supersticioso e ingênuo sertanejo. Venho, é certo, de uma época marcada pelo fanatismo e pela intolerância. Minha mãe, se não se armava de cacete para expulsar o *bode* que invadira a cidade, não esmorecia na viglância dos sentimentos católicos do filho, que não haveria de desgarrar da religião dos seus ancestrais. E ainda até há pouco, octogenária, quando os netinhos, em companhia de amigos da vizinhança, demandavam, por simples curiosidade, ao culto protestante da Silva Paulet, não faltava com admoestações inspiradas na fidelidade à Igreja Católica.

Apesar dos desvelos maternos, que compreendo e aceito sem recriminações, e não obstante o ambiente em que nasci e me criei, em um interior inculto e retrógrado, tive a ventura de não extremar-me nas concepções religiosas, como não me excederia nas linhas da ação política e ideológica. E a evolução, que é inevitável e abrange todas as manifestações humanas, não me forçou a saltos abruptos. Porque existia, sempre, uma ponte de comunicação através da qual o presente, que é filho do passado e está grávido do futuro, no dizer de um pensador, não se perdia pela dissociação com as forças que criam o dia de amanhã.

Sinto-me muito à vontade para falar de Natanael Cortez. Um homem de bem a toda prova. Exemplar chefe de família. Cidadão de inconspurcáveis virtudes. Intelectual voltado para os problemas de uma coletividade perseguida pelo infortúnio secular.

Eis uma nota dominante na atividade de Natanael Cortez como cultor das letras: a sua identificação sincera, plena e



permanente com o povo, a que servia com extremos de dedicação. Este é, sem dúvida, o seu maior galardão.

Observe-se o itinerário que percorreu. Pontificou no magistério, como professor de História. Ocupou a tribuna legislativa na Assembléia do Estado. Exerceu cargos administrativos de projeção. Foi fazendeiro e criador. Atuou em inúmeras associações. O apostolado cristão empolgou-o e o presbiterianismo deve-lhe serviços inestimáveis, no Ceará, como em outros Estados.

Em qualquer campo onde atuasse, não faltava com o concurso da experiência, do bom senso e da inteligência trabalhada pelo estudo e pela meditação. Tinha sempre lições a ministrar, porque soubera haurir conhecimentos no Evangelho, na história comparada das civilizações, na observação percuciente dos fatos.

Não nos legou obra literária de vulto. Nem a empresa lhe seria possível, tal a multiplicidade de setores pelos quais distribuía a sua ação. Muito menos procurava revestir a sua produção das lantejoulas do estilo. Feria direto os assuntos. Expunha com simplicidade, como simples era a sua alma, desprezioso o seu porte pessoal, sem afetação o trato no convívio da sociedade.

Escrevendo para jornal ou falando na sala de conferência, evidenciava a sua atualização no trato de temas momentosos.

Ao ocupar-se do Nordeste, ei-lo a retratar o drama dos flagelos climáticos, a retirada das populações famintas, as reses a vagarem pelas quebradas e várzeas sem pasto e sem água, a morte das culturas agrícolas de sustentação. Não haveria alternativa, senão o abandono da área castigada, como aconselhavam alhures. A reação de Natanael Cortez era pronta e enérgica. Existiam remédios para curar o mal. E outros países já os tinham utilizado com êxito. Era empregá-los entre nós também, respeitadas as peculiaridades regionais.

Familiarizado com o interior, que percorria com freqüência, não só porque lá tinha interesses particulares legítimos a defender, mas, igualmente, como arauto do presbiterianismo, Natanael Cortez não ficaria indiferente à pobreza e ao

desamparo do sertanejo. Reclamava para ele os olhares atentos do Governo e perfilava sem vacilar modificações nas estruturas feudais.

“No Ceará — escrevia em 1930 — a situação do agricultor é sobremodo precária. Quando na cidade se anuncia a crise, ele já mendiga na roça. Quando o operário citadino passa fome, já ele sofre miséria. O homem da cidade, que já aprendeu a ler, se constitui em sindicatos para defesa dos direitos da classe. O obreiro do campo, analfabeto e cego, em geral, deixa-se morrer resignado, cordeiro mudo, na desgraça do seu isolamento, ignorado dos poderes que ele alimenta e mantém com a potência do braço enfermo e o suor do rosto esquelético, deformado pela insuficiência do pão e pelo rigor da soalheira nordestina.”

De 30 até pouco antes de morrer, Natanael Cortez conservou-se na estacada, insistente, perseverante. O discurso na Assembléia Legislativa, ao lhe ser conferido o título de Cidadão Cearense, enfeixa o mundo de preocupações absorventes e formula, uma vez mais, reivindicações pelas quais se batera e que não tivera a ventura de ver concretizadas ainda.

Natanael Cortez não foi, porém, unilateralista na apreciação dos problemas do seu tempo. Se propugnava pelo desenvolvimento da agropecuária, atento se mostrava às evidências da industrialização. E, na cidade ou no meio rural, sensível aos aspectos humanos da questão.

Em artigos que datam de 30, preconizava a socialização das indústrias. “Serão respeitados — assinalava então — os direitos de propriedade do capitalista, do industrial. Ao mesmo tempo, o esforço do operário será compensado proporcional, justa e equitativamente, tornando-se este sócio da empresa em que coopera.” Em outras palavras, batia-se pelo que mais tarde se viria a chamar de participação do empregado no lucro das empresas, ainda não atingida, apesar de preceito já inserido no texto constitucional.

Não esboçou planos, não pormenorizou, não desceu a especificações. Creditem-se, porém, a seu favor, as idéias de

transformação que propagava, o pensamento de renovação que defendia, arrostando malentendidos e incompreensões.

Como ministro de uma igreja evangélica — a Presbiteriana —, Natanael Cortez conheceu duas épocas. A primeira, em que decorreu a maior parte do seu pastoreio, caracterizou-se pela luta aberta entre as religiões. Atuando em terra bárbara, de gente inculta, fácil imaginar as dificuldades que afrontou, além das comuns, naturais e inevitáveis em qualquer empreendimento. Não lhe faltou, em algumas ocasiões, o perigo de vida.

Em *Os Dois Tributos*, deparo-me com a narrativa de um episódio registrado em Acopiara, onde estava em trânsito para Vencedor, dez léguas distantes, a fim de visitar a congregação daquela localidade. Não ia, pois, demorar-se na cidade, nem realizar pregação. Mesmo assim, viu-se hostilizado a ponto de apressar a sua partida. Ao passar próximo a um grupo, que o encarava com ares ameaçadores, de um dos seus componentes ouviu estas palavras:

— Eu hoje como carne de bode, inda que seja bode magro.

Desse período, data o ensaio *Mais Uma Santa*, uma memória crítica sobre a morte e a canonização de Joana D'Arc, enfeitado em uma plaqueta, em 1920, pelo Atelier Royal. Natanael Cortez investe contra a Igreja Católica, fundamentando a sua argumentação naquilo que lhe parecia absurda contradição: Roma levara a donzela de Orleans à fogueira da Inquisição e a mesma Roma, anos depois, influenciada por fatores políticos e de natureza monetária, a conduzia à glória dos altares.

Houve, na conclusão de Natanael Cortez, um evidente erro de apreciação, porque partira ele de uma premissa falsa. O beneditino Dom Estêvão Bettencourt ocupa-se da controvérsia e sobre ela deita a luz da hermenêutica teológica. O Papa Eugênio IV não participara da condenação de Joana D'Arc. O processo respectivo correrá à revelia do Vaticano. É certo que um bispo dirigira o tribunal. Mas esse prelado não era o diocesano de Joana D'Arc nem procedera por delegação canônica. A sua autoridade vinha do rei da Inglaterra, cujas

tropas ocupavam parte da França, na chamada guerra dos cem anos. Não é difícil imaginar a trama urdida pelo poder temporal, no esforço para emprestar ao processo um sentido religioso. A Igreja, porém, “não se identifica plenamente com nenhum dos seus filhos, por mais altamente colocado que esteja; cada um deles se distancia da Igreja Santa na medida em que é pecador”. E a própria Joana D’Arc, como atesta a História, jamais acusou a Igreja. Apesar de camponesa, muito jovem, não sabendo ler nem escrever, mesmo assim, logrou distinguir entre a Igreja e alguns de seus membros, fracos e pusilânimes.

No ensaio sobre a canonização de Joana D’Arc, Natanael Cortez deu um toque de causticante ironia à análise do procedimento da Igreja Católica.

“Mais alguns séculos — afirma — e Lutero ocupará também lugar no panteon dos infalíveis! Depende apenas de tempo e... de dinheiro.”

Não sobreviveu o ilustre Acadêmico o bastante para assistir às comemorações do quarto centenário do luteranismo. Teria registrado, então, que não faltou quem sugerisse a canonização de Lutero, idéia de cuja justiça ou extemporaneidade não me cabe discernir.

O mérito de *Mais Uma Santa* reside na circunstância de confirmar o destemor com que Natanael Cortez exercia o seu presbiterato. Em meio hostil, como o em que atuava, não se furtava àquilo que representava o cumprimento do dever. Pregava, escrevia, discutia, lançava reptos, participava de acesas polêmicas. Enfim, estava engajado na disputa religiosa, em que protestantes e católicos se digladiavam, animados de sectarismo e intolerância.

Mas Natanael Cortez conheceu, como salientei, duas épocas. A primeira, já referida e superada, e a segunda, em que estamos hoje e que começou a manifestar-se a partir do fim da última Grande Guerra. A fase de aproximação das religiões, do entendimento, do aconchego espiritual. Afinal, ficou comprovado que havia maiores motivos de união do que de separação.

Natanael Cortez filiou-se à corrente ecumênica. Compreendeu o apelo que de Roma era dirigido aos cristãos. Apertou a mão que lhe era estendida. E ao celebrar o jubileu ministerial, a 18 de janeiro de 1965, teve a felicidade de ver-se cercado de presbiterianos e católicos, espetáculo inédito, de comovente e irradiante beleza. Espetáculo que se repetiria, meses depois, entre lágrimas e soluços, no Cemitério São João Batista, quando um sacerdote da Igreja Católica oficiou ao lado de ministros presbiterianos a oração do adeus e da saudade.

Em conferência que proferiu na Universidade do Chile, em agosto de 1966, o Secretário-Geral das Nações Unidas, U Thant, afirmava:

“Temos visto como as grandes religiões do mundo, depois de lamentáveis períodos de fanatismo e de violência, ajustaram-se mutuamente, sem perder sua influência nem sua independência espiritual, graças a um respeito mútuo e a uma compreensão dos fins espirituais e morais que todas compartilham. Devemos nos esforçar, com interesse e urgência, para lograr que este processo de acomodação se aplique também às diferenças políticas, ideológicas, econômicas e raciais que hoje dividem o mundo.”

Sonho? Quimera? Há trinta e seis anos, quando Natanael Cortez chegava à Academia, quem sequer imaginaria, mesmo nos mais arrojados devaneios, que assistiríamos ao amplexo das religiões? No entanto, é o que hoje vemos, se bem que a fase de mudanças, em pleno evolver, esteja repleta de perigos, pela retração obstinada de uns, pelo avanço desmedido de outros.

“Nascido em uma época de transição — escreveu Joaquim Nabuco —, prefiro em tudo, arte, política, religião, ligar-me ao passado, que ameaça ruína, do que ao futuro, que ainda não tem forma. . .”

Não me julgueis um enfatuado, porque não o sou. Gostaria de confessar-vos, porém, que não aceito como regra in-

discutível a orientação traçada pelo tribuno da Abolição. Respeito e amo o passado. Receptível me conservo às sugestões do presente. E, se não me prendo ao futuro, porque este ainda está em elaboração, perscruto nos laboratórios em que se fermenta o amanhã. E prevejo a descoberta da síntese política, econômica e social que resguarde a tranqüilidade e a ventura dos nossos filhos.

Permitam-me que vos repita o poeta:

“A vida é mesmo assim. Ninguém vive feliz, sem a glória do amor e a beleza do sonho.”